

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO

Organização
Curricular
e
Programas

VOLUME I

ENSINO BÁSICO
3.º CICLO

REFORMA
EDUCATIVA



DGEBS

DIRECÇÃO GERAL
DOS ENSINOS BÁSICO
E SECUNDÁRIO

HISTÓRIA

1 — INTRODUÇÃO

Com o presente programa da disciplina de História procurou-se proporcionar, a uma população escolar alargada, utensilagens indispensáveis para o prosseguimento de estudos e para a inserção na sociedade contemporânea, tendo em conta o facto de o 3.º ciclo constituir, de acordo com a Lei de Bases do Sistema Educativo, o fecho da escolaridade básica e obrigatória.

Foi igualmente considerado o lugar da disciplina nos planos curriculares do ensino básico. A este nível, a elaboração em simultâneo dos programas dos diversos anos abriu possibilidades de articulação vertical e horizontal, o que, no caso da disciplina de História, permitiu assegurar não só a progressão como inter-relações no domínio conceptual. Por outro lado, tornou possível o estudo mais sistemático e autónomo da História no 3.º ciclo, uma vez que ao longo do 1.º e do 2.º ciclos, respectivamente na área de Estudo do Meio e na disciplina de História e Geografia de Portugal, foi sendo feita uma iniciação à História, primeiramente a nível intuitivo e lúdico, depois a nível do episódio e do narrativo.

Necessário foi também atender às características do desenvolvimento psicológico dos alunos que frequentam este ciclo, os quais durante a frequência do mesmo só gradualmente acederão ao raciocínio abstracto e conquistarão a autonomia sócio-afectiva e moral.

Por último, teve-se em conta que se assiste, actualmente, a uma permanente renovação dos estudos históricos, com uma incessante abertura a novos domínios e o cruzamento com outros campos do saber, o que implicou que se tivesse procurado, sempre que possível, a integração de perspectivas interdisciplinares no conjunto do programa.

Estes pressupostos determinaram, no domínio do desenvolvimento curricular, a opção por uma linha programática em que, por um lado, se conce-

deu particular atenção à selecção de **finalidades e objectivos gerais** que orientem o processo de ensino-aprendizagem e, por outro, se sugeriram **metodologias** que, articuladas com os objectivos, mobilizem os **conteúdos**, de forma a proporcionar aos alunos experiências de aprendizagem susceptíveis de promover, de forma equilibrada, o seu desenvolvimento.

1.1 — Finalidades e objectivos gerais

As finalidades apresentadas procuram contemplar os diversos aspectos da formação do indivíduo, conciliando o saber e o saber-fazer com a estruturação de um sistema de valores que se traduza em atitudes de autonomia e tolerância, necessárias à intervenção democrática na sociedade.

Essas finalidades foram desdobradas em objectivos gerais, organizados em três grandes domínios: dos Valores/Atitudes, das Capacidades/Aptidões e dos Conhecimentos. Dentro de cada domínio, os objectivos foram por sua vez agrupados, embora de forma não hierarquizada, em torno de grandes eixos organizadores que, no campo cognitivo, correspondem aos conceitos-chave da disciplina. A distribuição dos objectivos gerais em três domínios não pretende ignorar a unidade da personalidade do aluno, expressa, simultaneamente, em pensamento e acção, desenvolvimento individual e social. Pretende apenas enfatizar as áreas para que se julga poder a disciplina de História concorrer de forma especial, embora em cooperação com as restantes disciplinas e numa perspectiva integrada de desenvolvimento global do aluno.

Procurou-se, por outro lado, garantir, através da gradação dos níveis de complexidade, uma articulação com as finalidades e objectivos dos restantes ciclos do ensino básico e do ensino secundário. A análise de uns e de outros evidenciará, por certo, a articulação vertical pretendida e esclarecerá o professor sobre os níveis de consecução desejados em cada um dos diferentes graus de ensino.

1.2 — Selecção e organização de conteúdos

No domínio dos conteúdos houve que efectuar opções quanto às *grandes áreas temáticas*, à *estrutura organizativa* e aos *conceitos e noções básicas*.

1.2.1 — No que se refere às *áreas temáticas*, optou-se pelo estudo da história geral, com destaque para a história europeia e uma atenção especial à história de Portugal.

De facto, se por um lado é indispensável apetrechar os alunos que terminam a escolaridade básica com instrumentos que lhes permitam construir uma perspectiva global da evolução da humanidade, nas suas grandes fases de desenvolvimento, é necessário, por outro, proporcionar-lhes a compreensão da realidade mais próxima em que se inserem e em que serão chamados a actuar: a europeia e a nacional.

Assim, sempre que se revelou exequível, propôs-se o tratamento de algumas estruturas globais a partir da história nacional. Noutras situações, em que era notória a disparidade de ritmos de desenvolvimento, foi após o tratamento da estrutura mais geral ou das conjunturas europeias mais significativas que se inseriu uma análise do caso português, acentuando a sua especificidade. Deste modo, julga-se ter sido garantida uma compreensão suficientemente alargada da realidade portuguesa.

Ainda no domínio da selecção de conteúdos, concedeu-se um destaque significativo à história contemporânea, ao estudo da qual se dedicou todo o 9.º ano. Os conteúdos desse último ano encontram-se sistematicamente orientados para a inter-relação passado/presente/futuro e serão vantajosamente trabalhados em cooperação multidisciplinar e com abertura à Área-Escola, cabendo fundamentalmente à disciplina de História o estudo dos mecanismos de génese das estruturas do nosso tempo e o tratamento dos aspectos de natureza cultural.

1.2.2 — No que respeita à *organização dos conteúdos*, optou-se por uma sequência de base cronológica, embora não exaustiva nem contínua. No caso dos conteúdos seleccionados para o 7.º ano de escolaridade — os quais consideram etapas fundamentais de desenvolvimento da humanidade e da história europeia, bem como a formação da comunidade nacional — não houve a preocupação de estabelecer uma sequência cronológica contínua nem de proporcionar a análise de processos evolutivos.

A partir do 8.º ano, no entanto, será progressivamente contemplada a abordagem de processos considerados fundamentais e de conjunturas relevantes, privilegiando-se a continuidade do processo histórico e a articulação permanente entre o tempo breve, o tempo médio e as estruturas de longa duração.

Estas opções decorreram da necessidade de considerar as características psicológicas dos alunos abrangidos por este nível de escolaridade, os quais iniciam o 3.º ciclo com 12/13 anos, ou seja, numa fase em que dominam as operações concretas e só progressivamente irão acedendo a níveis de desenvolvimento cognitivo mais complexos.

1.2.3 — Foram sistematicamente indicados, para cada subtema, os *conceitos/noções básicas* tidos como essenciais, nomeadamente aqueles que permitem cruzamentos interdisciplinares, sobretudo com outras ciências sociais.

Alguns dos conceitos apresentados garantem, por outro lado, uma articulação com o 1.º e 2.º ciclos considerando-se possível, em certos casos, que de níveis de simples identificação se aceda, progressivamente, a níveis de compreensão e aplicação.

Em princípio, porém, no programa do 3.º ciclo, cada conceito/noção só será referido no primeiro tema em que se considera oportuna a sua abordagem, pressupondo-se que venha a ser objecto de recuperação/desenvolvimento, sempre que se revele necessário.

1.3 — Orientação metodológica

Em articulação com as finalidades e objectivos seleccionados, optou-se por uma linha metodológica que pretende estimular a construção da autonomia do aluno, através de estratégias diversificadas que favoreçam um harmonioso desenvolvimento pessoal e social.

A importância concedida a essa linha metodológica assenta na convicção de que só através das metodologias poderá ser obtida a consecução de alguns dos objectivos gerais propostos, nomeadamente nos domínios da Capacidades/Aptidões e dos Valores/Atitudes, a que deverão, naturalmente, adequar-se as estratégias a seleccionar.

2 — FINALIDADES

- Proporcionar o alargamento do horizonte cultural e a compreensão do mundo contemporâneo e da realidade portuguesa, através do desenvolvimento de noções operatórias e da aquisição de conhecimentos sobre a estrutura e evolução das sociedades.
- Contribuir para a compreensão da pluralidade de modos de vida, sensibilidades e valores em diferentes tempos e espaços.
- Proporcionar o conhecimento e utilização adequada de processos de recolha e tratamento da informação, tendo em vista a abordagem da realidade social numa perspectiva crítica.
- Promover a autonomia pessoal através do desenvolvimento das capacidades de análise e síntese, de raciocínio fundamentado e de escolha baseada em critérios éticos e estéticos.
- Promover a formação da consciência cívica numa perspectiva que corresponda ao desenvolvimento de atitudes de tolerância e de respeito pelos valores democráticos e se traduza numa intervenção responsável na vida colectiva.

3 — OBJECTIVOS GERAIS

I — *DOMÍNIO DAS ATITUDES/VALORES*

1 — *Desenvolver valores pessoais e atitudes de autonomia*

- 1.1 — Adquirir hábitos de discussão e posicionamento crítico em relação à realidade social passada e presente
- 1.2 — Desenvolver o raciocínio moral a partir da análise das acções dos agentes históricos
- 1.3 — Responsabilizar-se pelas suas decisões
- 1.4 — Desenvolver a sensibilidade estética e a criatividade
- 1.5 — Desenvolver o gosto pela investigação e pelo estudo do passado

2 — *Desenvolver atitudes de sociabilidade e de solidariedade*

- 2.1 — Desenvolver o espírito de tolerância e a capacidade de diálogo em relação a outras opiniões
- 2.2 — Cooperar na realização de trabalhos de equipa
- 2.3 — Empenhar-se na defesa dos direitos humanos, manifestando atitudes de solidariedade em relação a outros indivíduos, povos e culturas
- 2.4 — Interessar-se pela construção da consciência europeia, valorizando a identidade cultural da sua região e do seu país
- 2.5 — Manifestar interesse pela intervenção nos diferentes espaços em que se insere, defendendo o património cultural e a melhoria da qualidade de vida

II — *DOMÍNIO DAS APTIDÕES/CAPACIDADES*

1 — *Iniciar-se na metodologia específica da história*

- 1.1 — Seleccionar informação sobre temas em estudo
- 1.2 — Distinguir fontes históricas do discurso historiográfico

- 1.3 — Interpretar documentos de índole diversa (textos, imagens, gráficos, mapas, diagramas)
- 1.4 — Formular hipóteses de interpretação de factos históricos
- 1.5 — Utilizar conceitos e generalizações, nomeadamente da área das Ciências Sociais, na compreensão de situações históricas
- 1.6 — Realizar trabalhos simples de pesquisa, individualmente ou em grupo

2 — *Desenvolver capacidades de comunicação*

- 2.1 — Aperfeiçoar a expressão oral e escrita
- 2.2 — Utilizar técnicas de comunicação oral, de organização de textos e de expressão gráfica
- 2.3 — Elaborar sínteses orais ou escritas a partir da informação recolhida
- 2.4 — Familiarizar-se com a utilização das novas tecnologias da informação
- 2.5 — Recriar situações históricas sob forma plástica ou dramática

III — *DOMÍNIO DOS CONHECIMENTOS*

1 — *Desenvolver a noção de evolução*

- 1.1 — Caracterizar as principais fases da evolução histórica
- 1.2 — Identificar os grandes momentos de ruptura no processo evolutivo

2 — *Alargar e consolidar as noções de condicionalismo e de causalidade*

- 2.1 — Compreender condições e motivações dos factos históricos
- 2.2 — Distinguir, numa dada realidade, os aspectos de ordem demográfica, económica, social, política e cultural, estabelecendo relações entre eles
- 2.3 — Compreender o papel dos indivíduos e dos grupos na dinâmica social
- 2.4 — Compreender a importância do desenvolvimento científico e tecnológico e dos movimentos culturais para a evolução da humanidade

3 — *Desenvolver a noção de multiplicidade temporal*

- 3.1 — Localizar no tempo e no espaço eventos e processos
- 3.2 — Distinguir ritmos de evolução em sociedades diferentes e no interior de uma mesma sociedade
- 3.3 — Relacionar a história nacional com a história europeia e universal, destacando a especificidade do caso português
- 3.4 — Estabelecer relações entre o passado e o presente

4 — *Desenvolver a noção de relativismo cultural*

- 4.1 — Reconhecer a simultaneidade de diferentes valores e culturas
- 4.2 — Compreender o carácter relativo dos valores culturais em diferentes tempos e espaços históricos

4 — CONTEÚDOS

Linha de conteúdos

Conceitos/noções básicas

1 — *DAS SOCIEDADES RECOLECTORAS ÀS PRIMEIRAS CIVILIZAÇÕES*

1.1 — AS SOCIEDADES RECOLECTORAS

- As primeiras conquistas do Homem.
- Os grandes caçadores.

Economia recolectora
Nomadismo
Ritos Mágicos
Arte Rupestre
Crescimento populacional
Fonte histórica
Milénio
Arqueologia
Paleolítico

1.2 — AS PRIMEIRAS SOCIEDADES PRODUTORAS

- Agricultores e pastores.

Economia de produção
Revolução neolítica
Divisão do trabalho
Aldeamento
Sedentarização
Megalito
Crescente Fértil
Neolítico

1.3 — CONTRIBUTOS DAS PRIMEIRAS CIVILIZAÇÕES

- As civilizações dos grandes rios.
- Novos contributos civilizacionais no Mediterrâneo oriental.

*Acumulação
de excedentes
Aglomeração urbana
Sociedade estratificada
Poder sacralizado
Politeísmo
Monoteísmo
Escrita alfabética
Fonte escrita*

2 — A HERANÇA DO MEDITERRÂNEO ANTIGO

2.1 — OS GREGOS NO SÉCULO V. A. C.: O EXEMPLO DE ATENAS

- Atenas e o espaço mediterrâneo.
- A democracia na época de Péricles.
- Religião e cultura.

*Cidade-Estado
Moeda
Cidadão
Escravo
Democracia
Democracia directa
Filósofo
Tragédia
Comédia
Arte clássica*

2.2 — O MUNDO ROMANO NO APOGEU DO IMPÉRIO

- O Mediterrâneo romano nos séculos I e II.
- Sociedade e poder imperial.
- A civilização romana.

*Império
Economia comercial
e monetária
Latifúndio
Magistrado
Senado
Administração
Município
Urbanismo
Direito*

2.3 — O CRISTIANISMO: ORIGEM E DIFUSÃO

- Uma religião inovadora: a mensagem do Cristianismo primitivo.
- A difusão do Cristianismo no Império Romano.

Messianismo
Diáspora
Cristianismo
Evangelho
Apóstolo
Antigo Testamento
Novo Testamento

3 — A FORMAÇÃO DA CRISTANDADE OCIDENTAL E A EXPANSÃO ISLÂMICA

3.1 — A EUROPA CRISTÃ NOS SÉCULOS VI A IX

- O novo mapa político da Europa: a fixação dos povos germânicos.
- A Igreja Católica no Ocidente europeu.
- As transformações económicas e o clima de insegurança.

Idade Média
Bárbaros
Reino
Igreja Católica
Clero secular
Clero regular
Ordem religiosa
Ruralização
Economia
de subsistência

3.2 — O MUNDO MUÇULMANO EM EXPANSÃO

- Origem e princípios doutrinários da religião islâmica.
- A expansão muçulmana.
- A civilização islâmica.

Islão
Muçulmano
Guerra Santa
Califa
Rota comercial

3.3 — A SOCIEDADE EUROPEIA NOS SÉCULOS IX A XII

- A sociedade senhorial.
- As relações feudo-vassálicas.

Aristocracia
Domínio
Reserva
Manso
Servo
Feudo
Vassalo

3.4 — A PENÍNSULA IBÉRICA: DOIS MUNDOS EM PRESENÇA

- Cristãos e Muçulmanos na Península Ibérica.
- A formação dos reinos cristãos no processo da Reconquista.

Reconquista
Moçárabe
Cruzado
Condado
Independência política

4 — PORTUGAL NO CONTEXTO EUROPEU DOS SÉCULOS XII A XIV

4.1 — DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO. RELAÇÕES SOCIAIS E PODER POLÍTICO NOS SÉCULOS XII A XIV

- O dinamismo do mundo rural nos séculos XII e XIII.
- Senhores, concelhos e poder régio.
- Lisboa nos circuitos do comércio europeu.

Arroteia
Afolhamento
Nobreza
Concelho
Foral
Cavaleiro-vilão
Peão
Homem-bom
Mercado
Feira
Burguês
Monarquia
Cortes
Inquirições

4.2 — A CULTURA PORTUGUESA FACE AOS MODELOS EUROPEUS

- Cultura monástica, cultura cortesã e cultura popular.
- As novas ordens religiosas; a Universidade.
- Do românico ao gótico.

Cultura cortesã
Cultura popular
Universidade
Ordem mendicante
Românico
Gótico

4.3 — CRISES E REVOLUÇÃO NO SÉCULO XIV

- Crise económica e conflitos sociais.

Crise económica
Quebra demográfica

- A Revolução de 1383 e a formação da identidade nacional.

Desvalorização monetária
Revolução

5 — EXPANSÃO E MUDANÇA NOS SÉCULOS XV E XVI

5.1 — A ABERTURA AO MUNDO

- Rumos da expansão quatrocentista.
- A afirmação do expansionismo europeu: os impérios peninsulares.
- O comércio à escala mundial.

Navegação astronómica
Capitão-donatário
Colonização
Feitoria
Mare clausum
Império colonial
Monopólio comercial
Tráfico de escravos
Aculturação
Missionação

5.2 — OS NOVOS VALORES EUROPEUS

- O Renascimento e a formação da mentalidade moderna.
- O tempo das reformas religiosas.

Renascimento
Humanismo
Mecenato
Espírito crítico
Heliocentrismo
Naturalismo
Classicismo
Manuelino
Reforma
Protestantismo
Contra-Reforma
Concílio
Inquisição
Cristão-Novo

6 — PORTUGAL NO CONTEXTO EUROPEU DOS SÉCULOS XVII E XVIII

6.1 — O IMPÉRIO PORTUGUÊS E A CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL

- A disputa dos mares e a afirmação do capitalismo comercial.

Mare Liberum
Capitalismo comercial

- A prosperidade dos tráficos atlânticos portugueses e a Restauração.

Acumulação de capitais
Banco
Bolsa
Companhia de comércio

6.2 — ABSOLUTISMO E MERCANTILISMO NUMA SOCIEDADE DE ORDENS

- O Antigo Regime português na primeira metade do século XVIII.
- Um projecto modernizador: o despotismo pombalino.

Antigo Regime
Crise comercial
Balança comercial
Pragmática
Sociedade de ordens
Absolutismo
Barroco
Mercantilismo
Proteccionismo
Manufatura

6.3 — A CULTURA EM PORTUGAL FACE AOS DINAMISMOS DA CULTURA EUROPEIA

- A revolução científica na Europa e a permanência da tradição.
- O Iluminismo na Europa e em Portugal.

Método experimental
Racionalismo
Iluminismo
Estrangeirado
Separação de poderes
Soberania popular

7 — AS TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO ATLÂNTICO: CRESCIMENTO E RUPTURAS

7.1 — A REVOLUÇÃO AGRÍCOLA E O ARRANQUE DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

- Inovações agrícolas e novo regime demográfico.
- A revolução industrial em Inglaterra.

Revolução agrícola
Enclosure
Saldo fisiológico
Revolução industrial
Maquinofactura

7.2 — O TRIUNFO DAS REVOLUÇÕES LIBERAIS

- Uma revolução precursora: o nascimento dos EUA.
- França: a grande revolução.
- A revolução liberal portuguesa.

Liberalismo
Constituição
Cidadania
Revolução burguesa
República
Carta Constitucional
Vintismo
Sufrágio censitário
Monarquia
constitucional
Estado federal

8 — A CIVILIZAÇÃO INDUSTRIAL NO SÉCULO XIX

8.1 — O MUNDO INDUSTRIALIZADO

- A expansão da revolução industrial.
- Contrastes e antagonismos sociais.
- Os novos modelos culturais

Capitalismo industrial
e financeiro
Liberalismo económico
Sociedade anónima
Mercado nacional
Êxodo rural
Classes médias
Proletariado
Socialismo
Marxismo
Sindicalismo
Realismo
Impressionismo

8.2 — OS PAÍSES DE DIFÍCIL INDUSTRIALIZAÇÃO: O CASO PORTUGUÊS

- O atraso da agricultura.
- As tentativas de modernização.
- Alteração nas estruturas sociais.

Dependência
económica
Regeneração

9 — A EUROPA E O MUNDO NO LIMIAR DO SÉCULO XX

9.1 — HEGEMONIA E DECLÍNIO DA INFLUÊNCIA EUROPEIA

- Imperialismo e colonialismo: a partilha do Mundo.
- A 1.ª Grande Guerra.
- As transformações económicas do após-guerra no mundo ocidental.

Imperialismo
Nacionalismo
Colonialismo
Racismo
Fordismo
Taylorismo
Estandardização
Monopólio
Inflação

9.2 — A REVOLUÇÃO SOVIÉTICA

- Da Rússia dos czares à Rússia dos sovietes.

Comunismo
Marxismo-leninismo
Bolchevique
Soviete
Nacionalização
Ditadura do proletariado

9.3 — PORTUGAL: DA 1.ª REPÚBLICA À DITADURA MILITAR

- Crise e queda da monarquia.
- A 1.ª República.

Ultimato
Republicanismo
Ditadura militar

9.4 — SOCIEDADE E CULTURA NUM MUNDO EM MUNDANÇA

- Mutações na estrutura social e nos costumes.
- Os novos caminhos da ciência.
- Ruptura e inovação nas artes e na literatura.

Feminismo
Cultura de massas
Mass media
Ciências Humanas
Futurismo
Modernismo
Abstraccionismo

10 — DA GRANDE DEPRESSÃO À 2.ª GUERRA MUNDIAL

10.1 — AS DIFICULDADES ECONÓMICAS DOS ANOS 30

- A grande crise do capitalismo.
- A intervenção do Estado na economia.

Superprodução
Deflação
Depressão económica

10.2 — ENTRE A DITADURA E A DEMOCRACIA

- Os regimes fascistas e nazi.
- Portugal: a ditadura salazarista.
- A era estalinista na URSS.
- As tentativas de Frente Popular.

Fascismo
Corporativismo
Nazismo
Totalitarismo
Antisemitismo
Estado Novo
Economia planificada
Colectivização
Culto da personalidade
Frente Popular
Reformismo

10.3 — A 2.ª GUERRA MUNDIAL

- O desenvolvimento do conflito.
- Os caminhos da paz.

Genocídio
Resistência

11 — DO SEGUNDO APÓS-GUERRA AOS ANOS 80

11.1 — O MUNDO SAÍDO DA GUERRA

- Reconstrução e política de blocos.
- A recusa da denominação europeia: os primeiros movimentos de independência.

Guerra fria
Autodeterminação
Luta de libertação nacional

11.2 — AS TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO CONTEMPORÂNEO

- O dinamismo económico dos países capitalistas.
- As sociedades ocidentais em transformação.
- O mundo comunista: desenvolvimento, bloqueios e rupturas.
- O Terceiro Mundo: independência política e dependência económica.
- As novas relações internacionais: o diálogo Norte/Sul; a defesa da paz.

Sociedade multinacional
Pleno emprego
Sociedade de consumo
Sociedade de abundância
Qualidade de vida
Segregação racial
Democracia popular
Maoísmo
Descolonização
Terceiro Mundo
Neocolonialismo

11.3 — PORTUGAL: DO AUTORITARISMO À DEMOCRACIA

- A perpetuação do autoritarismo e a luta contra o regime.
- Portugal democrático.

Democratização
Autonomia regional
Poder autárquico
Descentralização

12 — OS DESAFIOS CULTURAIS DO NOSSO TEMPO

Subtemas opcionais:

Subtema A

O IMPÉRIO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA: CONQUISTAS E PROBLEMAS.

Subtema B

MASSIFICAÇÃO E PLURALIDADE NA CULTURA CONTEMPORÂNEA.

5 — ORIENTAÇÃO METODOLÓGICA

Na opção curricular que informa o presente programa, assume importância primordial a adopção de metodologias adequadas, pois só através delas será possível atingir plenamente os objectivos gerais propostos.

Esses objectivos, como já foi sublinhado, foram concebidos em função das necessidades e expectativas da sociedade e das características dos alunos que frequentam o 3.º ciclo, visando o seu desenvolvimento não apenas no campo cognitivo mas também nos domínios afectivo, social e moral. Deste modo, as experiências de aprendizagem tidas como desejáveis são as que favorecem uma mobilização global do aluno e lhe garantem oportunidades para adquirir progressivamente confiança e autonomia.

Estas opções metodológicas gerais conduzem a que se considere particularmente necessário:

- partir da análise dos factos concretos insertos nas fontes documentais para desenvolver gradualmente o domínio de conceitos e de generalizações;
- colocar o aluno perante situações-problema que contribuam não apenas para estimular o espírito de pesquisa mas também para a afirmação do sentido crítico e da capacidade de decisão;
- recorrer ao trabalho em equipa como meio de promover a autonomia pessoal e a socialização;
- utilizar a maior variedade possível de recursos didácticos, incluindo os que são oferecidos pelas novas tecnologias;
- privilegiar o meio (paisagem, comunidade social, património cultural) como recurso didáctico, em ordem a contribuir para a compreensão da realidade local e regional.

As orientações enunciadas inscrevem-se numa concepção construtivista do processo de ensino-aprendizagem, enfatizando o papel do aluno na estruturação de aprendizagens significativas. Privilegiam-se conseqüentemente estratégias de indagação, problematização e debate crítico, organizadas em torno de actividades, abertas ou mais ou menos precisas, que os alunos levam a cabo sob orientação do professor.

Isto não significa que seja de excluir por completo o recurso ao método expositivo, quando se afigure útil para clarificar conhecimentos básicos, nomeadamente quadros gerais de referência, desde que seja apoiado numa eficaz motivação e pontuado pelo diálogo e o questionamento activo. Nunca, porém, deverá entender-se o recurso à exposição como um meio fundamental mas antes como um auxiliar da estratégia global de indagação centrada no aluno.

Para o desenvolvimento desta linha metodológica, exige-se a aplicação de estratégias parcelares e o emprego de técnicas e recursos tão diversificados quanto possível. A sua escolha dependerá da criatividade do professor, tendo em conta a natureza dos conteúdos e as condições concretas em que decorre o processo de ensino-aprendizagem.

A este respeito, importa sublinhar algumas orientações normativas que devem presidir à aplicação das técnicas e processos didácticos mais comumente utilizados na prática da disciplina.

- *Análise de documentação escrita e iconográfica.* — Constitui, para qualquer tema, a base material indispensável a partir da qual se desenvolve o espírito de pesquisa, se exerce o sentido crítico, se apura a sensibilidade estética, se constrói o conhecimento. A abordagem dos documentos (que, no caso dos documentos escritos, serão, como é óbvio, textos convenientemente adaptados) deverá contemplar a interpretação do seu sentido global, a partir a identificação do autor, da data e dos elementos essenciais de informação (factos, personagens, locais...).
- *Elaboração/Análise de mapas.* — Sendo um instrumento indispensável para a construção de referentes espaciais concretos, haverá que respeitar alguns princípios em ordem a uma correcta aprendizagem:
 - utilização de escalas e projecções esclarecedoras do que se pretende evidenciar e adequadas ao nível de compreensão do aluno;
 - inserção dos mapas parcelares em mapas globais já do conhecimento do aluno;

- exploração de todos os elementos constantes do mapa, partindo da sua identificação, de acordo com a tabela de convenções;
 - consolidação de aprendizagens anteriores, através de exercícios de localização relativa;
 - elaboração/reprodução, pelo aluno, dos mapas mais significativos, como forma de efectuar a fixação da aprendizagem.
- *Elaboração/Análise de tabelas cronológicas.* — Seleccionar-se-ão marcos temporais que respeitem a aspectos fundamentais, evitando-se a sobrecarga das tabelas com elementos que dispersem o aluno em relação ao essencial.
 - *Elaboração/Análise de gráficos e quadros.* — Tal como para os mapas e tabelas, é importante não apenas a análise mas a realização pelo próprio aluno, o que, neste caso, contribuirá ainda para o desenvolvimento do raciocínio lógico. Os gráficos serão necessariamente simples: de escala aritmética e não incluindo, em princípio, mais de duas variáveis.
 - *Realização de trabalhos em equipa.* — A utilizar quando oportuno mas sempre com um enquadramento rigoroso das actividades: definição de tarefas, estabelecimento de metas a atingir e construção de instrumentos que permitam, ao próprio aluno, avaliar os resultados obtidos.
 - *Visitas de estudo.* — Embora não seja de desprezar a sua componente lúdica, não pode nem deve ser esse o objectivo único das visitas de estudo, que, no caso da História, não só possibilitam a articulação dinâmica entre o passado e o presente, como permitem o contacto directo dos alunos com as fontes históricas. Não é possível, todavia, garantir a eficácia da visita sem uma preparação cuidada, em que se tenha em conta que o tema deve ser cuidadosamente circunscrito, as tarefas delimitadas (nomeadamente através de um guião ou ficha de registo que oriente os alunos) e os resultados convenientemente explorados e avaliados.
 - *Utilização de novas tecnologias de informação.* — Pelo interesse que despertam nos alunos, podem constituir um excelente meio de aprendizagem, nomeadamente através do processamento e tratamento gráfico de informação ou da construção e utilização de bases de dados. No entanto, como qualquer outro recurso, as novas tecnologias têm de ser inseridas numa estratégia global, adequada aos objectivos da disciplina de História que se pretendem alcançar.

Acrescente-se ainda que todas as actividades realizadas pelo aluno devem dar lugar à produção de pequenos trabalhos escritos ou a uma apresentação oral cuidada, o que será sistematicamente solicitado pelo professor. Com efeito, este não pode deixar de dispensar uma atenção especial ao uso da língua portuguesa que, no caso do professor, terá de ser modelar e, no caso do aluno, deve, tanto quanto possível, aproximar-se de padrões de correcção. Esta atenção ao uso do português reflectir-se-á numa melhor sistematização e conceptualização das aprendizagens efectuadas.

Por último, e na sequência dos princípios de base que se enunciaram, cabe ainda uma referência à necessidade de considerar as práticas de articulação vertical e horizontal.

No que se refere à articulação vertical, torna-se indispensável a optimização de aprendizagens anteriores, nomeadamente no domínio da aquisição de conceitos, correspondendo à opção de base do sistema educativo, segundo a qual cada ciclo completa e aprofunda os anteriores. Esta articulação torna indispensável o conhecimento, por parte do professor, dos programas da disciplina nos restantes ciclos.

Quanto à articulação horizontal, expressa no programa não só ao nível das finalidades e objectivos gerais como de algumas temáticas seleccionadas e implícita na existência de metodologias comuns a diversas disciplinas, deverá ser sempre uma preocupação do professor. São por isso de sugerir estratégias que apontem para uma ampliação e diversificação das actividades em cruzamento multidisciplinar, o qual encontrará um lugar óptimo de concretização no âmbito da Área-Escola.

6 — AVALIAÇÃO

Os objectivos gerais seleccionados e a consequente linha metodológica proposta implicam, no domínio da avaliação, a adopção de um conjunto de princípios e práticas que, de forma coerente, garantam a eficácia do projecto pedagógico implícito no programa

Deverá, em primeiro lugar, considerar-se que o objectivo do processo de avaliação ao nível da escolaridade *básica e obrigatória* não é o de pôr em prática mecanismos de selecção e de classificação de referência normativa mas o de proporcionar ao aluno e ao professor indicadores que permitam a regulação do processo de ensino-aprendizagem. Pretende-se, com efeito, fornecer a todos os alunos oportunidades de desenvolvimento, considerando de forma construtiva os seus diferentes pontos de partida e encontrando os processos adequados para que as desigualdades iniciais, sobretudo as que decorrem de contextos sócio-económicos, não se perpetuem ao longo da escolaridade.

Em segundo lugar, ter-se-á em conta que, pretendendo a formação básica incidir não apenas na aquisição de conhecimentos mas também no desenvolvimento de um amplo leque de aptidões, valores e atitudes, não pode a avaliação dirigir-se apenas àquele primeiro domínio. Deverá, pelo contrário, ser suficientemente diversificada para ser sensível a todos os outros aspectos considerados relevantes: processos e técnicas de trabalho, aptidões demonstradas e valores desenvolvidos.

Assim, numa perspectiva que valoriza uma pedagogia do sucesso, o professor tem de deixar de ser o juiz distante que, em momentos-chave, ao longo do ano, atribui uma classificação que irremediavelmente marcará o futuro do aluno. Pelo contrário, o professor necessita, preferencialmente, de desenvolver com o aluno uma relação de apoio, esclarecimento e ajuda.

Destes princípios decorre a exigência de maior ênfase numa avaliação de carácter formativo, que forneça ao aluno elementos que lhe permitam a autocorreção e a adequação progressiva aos desempenhos pretendidos, num processo em que a confiança em si mesmo é determinante.

Quanto ao professor, uma tal avaliação permitir-lhe-á ir ajustando a sua prática pedagógica, seleccionando as estratégias e recursos necessários para proporcionar a cada aluno as experiências de aprendizagem adequadas a uma formação equilibrada, tendo sempre presentes os diferentes pontos de partida.

Para que seja efectivamente cumprida a função reguladora que acaba de ser enunciada, considera-se necessário utilizar um conjunto amplo de práticas de avaliação, abrangendo modalidades distintas e instrumentos diversificados. O objecto, a finalidade e os critérios de aplicação de cada uma dessas práticas deverão ser claramente explicitados aos alunos, de modo a que possam conscientemente integrá-las no processo de construção das suas aprendizagens, como acima é pretendido.

Assim, no que respeita às modalidades da avaliação, importará recorrer:

- ao diagnóstico, no início de cada ano ou etapa fundamental, das capacidades e aptidões dos alunos, bem como dos seus padrões de atitude, a fim de determinar pontos de referência em relação aos quais se verificará a progressão.
- à avaliação formativa, que se traduzirá numa apreciação sistemática e frequente em todos os momentos oportunos, quer acompanhando o desempenho das actividades, quer aplicando testes apropriados, das aquisições e progressos realizados, assim como das insuficiências que terão de superar.
- a provas sumativas que permitam verificar a consolidação de uma gama mais vasta de conhecimentos e capacidades no final das grandes unidades de ensino-aprendizagem.

O objecto sobre que incide a avaliação encontra-se naturalmente delimitado pelos próprios objectivos gerais, os quais terão de ser do conhecimento dos alunos. Realça-se, no entanto, a importância de sublinhar as prioridades que vão sendo visadas passo a passo. Sem cair na atomização do processo de ensino-aprendizagem, o aluno deverá poder testar o seu nível de desenvolvimento relativamente a cada uma das aptidões específicas que lhe são requeridas.

Por outro lado, o professor, ao avaliar, elegerá objectivos fundamentais, em especial no domínio dos conhecimentos e das atitudes: quanto ao primeiro, a identificação de factos, a sua localização espaço-temporal e a compreensão de conceitos e relações; no que respeita ao segundo, o interesse e empenhamento, a capacidade de iniciativa e de autonomia e o espírito de cooperação. No âmbito das capacidades, campo privilegiado e dominante da avaliação, no qual raros são os objectivos que possam posicionar-se num plano secundário, o professor procurará sobretudo graduar a prossecução das diferentes aptidões, consoante a sua complexidade, e sublinhar os progressos sucessivamente alcançados.

São numerosos os meios e instrumentos de que se dispõe para efectuar uma avaliação pertinente e dirigida à diversidade de campos de aprendizagem da História. De entre eles, destaca-se e recomenda-se particularmente a utilização dos seguintes:

- a observação informal, ou apoiada em grelhas adequadas, dos procedimentos dos alunos durante a realização de actividades, incidindo nomeadamente sobre o desenvolvimento das funções lógicas e da expressão verbal, o posicionamento de problemas, a organização das tarefas, a superação das dificuldades, a participação no trabalho da equipa ou do grupo-classe.
- a apreciação, com base em critérios precisos, dos diversos produtos em que se concretizam as aprendizagens, desde o caderno diário e dos *dossiers* às diferentes comunicações verbais estruturadas (comentários e sínteses escritas, participações em debates) ou às representações plásticas e dramáticas.
- a realização de testes, de diferentes tipos. Cumpre, a propósito, notar que não se rejeita a utilização de itens objectivos, na medida em que fornecem indicadores exactos num domínio indispensável da aprendizagem da História, como é o da memorização de factos, noções e referentes cronológicos, mas que deverão ser preferencialmente solicitadas respostas abertas ou orientadas, onde se projecte a capacidade de organização e estruturação da resposta por parte do aluno e o seu domínio da expressão verbal.

Por último, importa ainda referir que, no processo de avaliação que se julga correcto, convém em absoluto que a acção do professor não se desenrole isoladamente. Com efeito, os alunos terão de colaborar em parte inteira nesse processo, confrontando-se os resultados da auto-avaliação e da hetero-

-avaliação por eles praticada com as conclusões do professor, num diálogo aberto e formativo. Será também através do diálogo e da troca de experiências com os restantes professores da turma que poderão ser completados e contrastados os elementos recolhidos e encontradas soluções que, conjuntamente, promovam de forma equilibrada a formação do aluno.